

Investimentos nos Estados aumentam em ano de eleições

Por Marta Watanabe | De São Paulo

Em ano de eleições, os Estados aproveitam a melhora na arrecadação ou os recursos de empréstimos para reforçar investimentos. O recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos Estados cresceu em média 10,8% de janeiro a abril contra igual período do ano passado.

O cálculo engloba 21 entes que já possuem relatórios divulgados pelo Tesouro Nacional. No agregado os investimentos aumentaram em ritmo menor, em 5,1%. Mas essa rubrica avançou em 13 Estados, sendo que em 11 deles a alta superou os 20 pontos percentuais.

Foram considerados os investimentos liquidados e as receitas de ICMS realizadas informados nos relatórios de execução orçamentária.

O quadro, diz Sol Garson, professora de economia da

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mostra um comportamento de investimentos relacionado ao ciclo eleitoral. O alerta, diz ela, é que muitos Estados têm elevado investimentos com base em empréstimos, o que merece atenção em relação ao nível de endividamento.

A arrecadação do ICMS, avalia Sol, está relacionada à melhora da atividade. A recuperação da economia, mesmo fraca, contribuiu para um aumento real no recolhimento do imposto. "Mas também há nessa alta a influência de receitas extraordinárias, como de parcelamentos de tributos. Mesmo concedido em 2017 ou 2016, esses "Refis" geram uma parte contabilizada como arrecadação do ICMS."

Marcello Duailibe Barros, subsecretário de Planejamento do Maranhão, diz que o Estado se organizou para acelerar investimentos durante o ano de 2017 e em 2018, principalmente no primeiro semestre. De janeiro a abril os investimentos do governo estadual somaram R\$

185,7 milhões, com alta de 88% contra igual período do ano passado.

Segundo Duailibe, os investimentos totais do Estado, incluindo autarquias e estatais, deve chegar a R\$ 1,2 bilhão em 2018. Cerca de metade será financiada por operações de crédito.

Em Alagoas o salto também foi grande. O investimento cresceu 89,6% no Estado no primeiro quadrimestre em relação a mesmos meses de 2017. George Santoro, secretário de Fazenda do Estado, diz que há investimentos financiados por empréstimos, mas há também participação de recursos em caixa que foram mantidos e aplicados para alavancar os investimentos este ano.

As despesas correntes, porém, continuam pesando para os Estados. Dados do acumulado de 12 meses até abril mostram que a receita corrente líquida no agregado dos Estados cresceu apenas 5,5%, num nível menor que o avanço de 7,8% da despesa bruta com pessoal do Poder Executivo pelo mesmo critério. Isso mostra, diz Sol, que as





despesas de pessoal mantém ritmo forte de crescimento, provavelmente puxado pelos inativos.

"Em muitos Estados o gasto com servidores ativos não aumentou, mas são os aposentados que ditam o crescimento da despesa de pessoal. Qualquer reajuste que se dá a carreiras como as de professor ou a dos policiais militares tem impacto maior nos inativos. Nessas carreiras, as aposentadorias acontecem relativamente cedo, o que cria contingentes de inativos que permanecem tempo médio maior recebendo os benefícios", diz Sol.

No Maranhão a receita corrente líquida e a despesa bruta de pessoal foram por caminhos divergentes. A receita caiu 0,6% em termos nominais nos doze meses encerrados em abril e a despesa de pessoal aumentou 11,3% na mesma comparação.

Duailibe diz que os gastos com folha fizeram pressão maior como resultado de reajustes salariais que o governo de Flávio Dino concedeu a professores e a carreiras da segurança pública. Segundo o secretário, o governador, que tentará a reeleição este ano, tem um programa de racionalização da máquina pública a ser aplicado caso tenha sucesso nas urnas.

No critério dos 12 meses a receita corrente líquida possui uma base de comparação alta que embute o repasse em 2016 da parte dos Estados no programa federal de repatriação de recursos. Nos últimos 12 meses essa receita extra não se repetiu, diz Santoro, de Alagoas. A recuperação do ICMS aumenta a receita líquida, mas não na mesma magnitude que a receita extraordinária da repatriação, explica ele.

Por isso, acredita Santoro, é remota a possibilidade de os Estados atenderem a algum pedido do governo federal para baixar a alíquota de combustíveis.

O secretário de Alagoas lembra que, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), se o Estado reduzir alíquotas de impostos este ano, o governo estadual é obrigado a apontar uma outra receita permanente que cubra a medida. Na falta de uma receita, precisa apontar uma redução de despesa. "Ao fim do primeiro semestre, é muito complexo para os Estados fazer isso."

Duailibe tem análise semelhante. "Uma redução da alíquota sobre diesel tiraria R\$ 270 milhões de arrecadação anual. É uma receita da qual não podemos dispor."

Novo presidente quer 'governança privada' no INSS

Por Edna Simão | De Brasília

O novo presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, Edison Garcia, assumiu o cargo com a promessa de implementar no órgão regras praticadas no mercado financeiro, como criação de comitê de governança e avaliação de riscos, para melhorar a transparência e buscar o ganho de eficiência no atendimento ao segurado.

Em entrevista ao Valor, ele disse que vai criar nos próximos dias uma comissão de ética para orientar sobre a conduta dos servidores públicos durante, por exemplo, o processo eleitoral. Além disso, vai licitar o serviço de pagamento de benefícios de quem vive no exterior, que sempre foi oferecido pelo Banco do Brasil. "Vamos fazer uma renegociação dos contratos em geral", disse.

Garcia ainda mostrou preocupação com a necessidade de realização de concursos para compensar um número expressivo de servidores que devem solicitar a aposentadoria no próximo ano. Com a forte restrição nas contas públicas, o governo tem tentado evitar medidas que impliquem em aumento das despesas.

Segundo Garcia, na última greve a categoria, em 2016, os trabalhadores fizeram um acordo que garantiu a incorporação gradual de

gratificação paga por desempenho na aposentadoria. Isso fez com que muitos trabalhadores adiassem o pedido porque em janeiro de 2019 poderão pegar o valor integral.

Em janeiro do ano que vem, 55% dos 33 mil servidores públicos do INSS ou cerca de 18 mil trabalhadores estarão aptos a solicitar o benefício previdenciário com a incorporação integral dessa gratificações. "É uma situação alarmante", disse. Ele revela que o problema já foi levado ao Ministério do Planejamento.

Na avaliação de Garcia, a estratégia do INSS de oferecer serviços online ajuda a reduzir a necessidade de funcionários, porém, o efeito não é imediato. Ele aumenta gradualmente com o tempo. Por enquanto, o resultado não é suficiente para compensar tantos servidores se aposentando, segundo Garcia. "Vejo na tecnologia uma solução para mitigar a carência de pessoas [servidores]", destacou. "Esse é o caminho [serviços online] para mitigar a falta de servidores e de agências em muitos municípios", complementou. Atualmente, existem 1704 agências da Previdência Social em todo o país.

Com a criação do Meu INSS, que é possível ter informações e solicitar benefício via site do INSS, e do INSS Digital, o órgão faz a gestão da entrada dos pedidos dos segurados com automatização do

maior número de procedimentos possível. Segundo Garcia, em 18 dias, foram feitos cerca de 70 mil atendimentos pela internet. Desse total, 12 mil pessoas conseguem ter acesso ao benefício sem ter que ir à agência. Podem ser solicitados pela internet benefícios como aposentadoria por tempo de contribuição e auxílio-maternidade. O trabalhador também poderá solicitar pela internet informações do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Garcia evitou falar de reforma da Previdência e destacou: quem cuida da política é o Ministério da Fazenda.

Garcia tomou posse no início do mês, substituindo Francisco Paulo Soares Lopes, demitido após a descoberta de que ele assinou contrato com empresa de informática que tem sede numa loja de venda de bebidas, mesmo como parecer contrário da equipe técnica.

Formado em direito na Uniceub, em Brasília, é pós-graduado com LLM no Ibmec SP em Direito Societário. Foi presidente da Associação de Investidores no Mercado de Capitais em São Paulo e integrou o Conselho de Auto-Regulação de Mercado de Capitais da Associação Nacional dos Bancos de Investimento. Também foi professor de pós na Universidade Anhembi Morumbi. Ainda atuou como conselheiro da OAB-DF. Foi procurador federal e superintendente da CVM.

Despesa invisível

O esgotamento das finanças do Estado brasileiro tornou inadiável a revisão dos generosos incentivos tributários concedidos no país.

Abre-se mão de receitas expressivas como se houvesse dinheiro de sobra. Pior, a maior parte dos benefícios é criada à margem do Orçamento, por meio de mudanças legislativas patrocinadas por grupos de interesse, sem nenhuma avaliação de impacto e eficiência.

Em 2018, estima-se que a União deixe de arrecadar R\$ 283,4 bilhões, cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB)—o dobro da média mundial, segundo afirmou a esta Folha o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid.

Decerto que as cifras devem ser relativizadas. Não é nada líquido e certo que tal montante ingressaria de imediato nos cofres públicos em caso de eliminação dos incentivos, dado que alguns negócios fechariam suas portas ou adotariam estratégias diferentes.

Ainda assim o valor se mostra exorbitante para um governo que acumula déficit primário (a diferença entre receitas e gastos, excluindo encargos da dívida pública) na casa de 1,8% do PIB.

De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), nada menos que 85% do valor das benesses diz respeito a programas sem data para acabar, impondo custo permanente para a sociedade.

A principal rubrica é o Simples Nacional, que, segundo dados oficiais, consumirá R\$ 62,8 bilhões neste ano. O

programa reduz a tributação para empresas com faturamento até R\$ 4,8 milhões anuais.

Se a maior parte dos países adota algum mecanismo de favorecimento para pequenos empreendimentos, poucos o fazem nas dimensões vigentes no Brasil.

Outro exemplo, mais grave, é o da Zona Franca de Manaus, que custa R\$ 25 bilhões anuais e beneficia algumas centenas de empresas instaladas na cidade.

À diferença de políticas regionais do gênero em outras partes do mundo, que visam criar polos de exportação e inovação, no caso brasileiro não há avanço tecnológico digno do nome, apenas incentivos a importações que atendem ao mercado interno.

Que o Congresso tenha aprovado em 2014 a extensão da ZFM em mais 50 anos, até 2073, só demonstra a ausência de qualquer lógica econômica e social na aprovação dos incentivos —também chamados de gastos— tributários.

A busca pelos favores também decorre da complexidade da legislação nacional e do peso excessivo dos impostos. Proliferam, assim, regimes especiais, que tornam o sistema ainda mais intrincado.

Avançar na simplificação, portanto, é essencial. Tanto quanto possível, regras gerais válidas para todos; eventuais subsídios e isenções devem estar discriminados com transparência no Orçamento.

Da cultura para a polícia

NABIL BONDUKI

Não é por acaso que 62% dos jovens brasileiros deixariam o país se pudessem, como revelou a pesquisa do Datafolha. Em um país onde o presidente transfere os escassos recursos da cultura e do esporte para a segurança pública, ou melhor, para as polícias, o que mais poderiam os jovens esperar?

“Polícia! Para quem precisa. Polícia! Para quem precisa de polícia. Dizem que ela existe, pra ajudar! Dizem que ela existe, pra proteger! Eu sei que ela pode te parar! Eu sei que ela pode te prender!”, cantaram os Titãs. O governo que não investe em cultura e esporte precisa mesmo de polícia!

Após tomar posse, Temer tentou extinguir o MinC (Ministério da Cultura), o que foi evitado pela forte reação não só do setor cultural, mas da sociedade. Mas a visão retrógrada não parou por aí. Em dois anos, três ministros deixaram o cargo atirando contra o governo. E, agora, o MinC está à beira de um colapso financeiro.

Desde 2000, 3% da arrecadação

das loterias eram destinadas para o Fundo Nacional de Cultura. São recursos que só podiam ser destinados a projetos e ações culturais, vedada sua utilização para pagamento de pessoal ou custeio da pasta.

A medida provisória 841, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública, editada em 11/6 por Temer, reduz essa verba para 0,5% (1% no caso da Loteria Esportiva). Reduz também as porcentagens destinadas para o esporte. Segundo Louise Bezerra, diretora da ONG Atletas pelo Brasil, a MP, “na prática, está acabando com a política de esportes no Brasil”.

A verba do FNC já vinha caindo. Depois de alcançar R\$ 400 milhões em 2010, nos últimos anos ela tem sido contingenciada. Em 2015, o FNC executou apenas R\$ 74 milhões e, em 2017, o valor caiu para R\$ 27 milhões.

Parte desses recursos deveria ser destinada para projetos de cidadania cultural, escolhidos por editais. Ações que não conseguem patrocínios

privados, por meio da Lei Rouanet, pois as empresas optam por apoiar projetos que revertem em marketing.

Ademais, como revelou o ex-secretário-executivo do MinC, Joao Brant, “havia R\$ 927,4 milhões de superávit acumulado para a área da cultura até 2017”. O 6º parágrafo do artigo 13 da MP 841 destinou esses recursos, que deveriam ir para o FNC, para a amortização e pagamento da dívida pública.

Com essa perda, as ações finalísticas do MinC estão comprometidas. Nada menos que 80% do Orçamento da pasta vão para pessoal e custeio. Temer, que não conseguiu extinguir o ministério, vem perseguindo sua morte lenta e gradual.

Apenas uma forte mobilização pode evitar esse retrocesso. Afinal, quem não tem cultura e esporte precisa de polícia. Não por acaso, os brasileiros estão desalentados...

A oportuna liberação do PIS/Pasep

Com o desaquecimento da demanda nos últimos meses em razão do desemprego ainda muito elevado e de incertezas agravadas pela greve dos caminhoneiros, o presidente Michel Temer sancionou a Medida Provisória aprovada pelo Congresso em maio, que estabeleceu um sistema escalonado para liberação de recursos do PIS/Pasep para trabalhadores de todas as idades, dos setores público e privado, benefício antes limitado àqueles com 60 anos ou mais.

Prevê-se que o total a ser liberado para todas as faixas de idade atinja R\$ 34,3 bilhões, beneficiando mais de 25 milhões de pessoas. O Ministério do Planejamento calcula que o “impacto potencial” da liberação seja de 0,55 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB). Ontem, a Caixa Econômica começou a pagar, com correção monetária, as contribuições dos assalariados do setor privado com 57 a 59 anos de idade.

Caberá ao Banco do Brasil fazer o mesmo quanto aos funcionários do setor público. Pelo cronograma, os pagamentos serão suspensos entre 30 de junho e 7 de agosto para cálculo dos rendimentos atualizados do PIS/Pasep. Em 8 de agosto, os valores devidos serão

depositados nas contas de todos os cotistas e poderão ser livremente sacados até 29 de setembro. A partir de então, os saques voltarão a ser permitidos apenas para cotistas com idade a partir de 60 anos.

Embora o valor a ser injetado na economia seja algo inferior ao da liberação das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em 2017, calculado em R\$ 44 bilhões, os saques do PIS/Pasep deverão também ter um efeito significativo sobre a demanda e podem representar um alívio para muitos desempregados. Deve-se observar, porém, que os valores serão mais substanciais para aqueles que mantêm ou mantiveram emprego formal por maior número de anos.

Para muitos que estiveram empregados com carteira assinada, mas estão agora na informalidade, os valores a receber podem ser de pouca monta. Como ocorreu com os saques do FGTS, os recursos agora colocados à disposição de milhões de trabalhadores podem vir a ser usados para pagar contas em atraso, ajudando a baixar o índice de inadimplência. Vale notar que recursos de trabalhadores falecidos também poderão ser sacados por seus herdeiros legais.

Governo vai fiscalizar subsídios que devem somar R\$ 370 bilhões

Comitê vai definir órgão responsável pelo monitoramento; TCU diz que benefício é concedido sem estudo prévio

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli

O governo tem pronto decreto para exigir que cada programa de subsídio federal seja avaliado por um órgão responsável. Em 2018, o custo dos incentivos para as contas públicas está previsto em R\$ 370,8 bilhões. A maior parte não tem prazo para acabar. E, ao longo dos anos, não foi adotado nenhum tipo de monitoramento sobre sua eficiência. No ano passado, os subsídios custaram 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB) – o equivalente a R\$ 354,7 bilhões.

O volume é tão grande que daria para zerar o rombo das contas públicas do ano passado e ainda gerar superávit de R\$ 230 bilhões. O decreto prevê a formação de um comitê interministerial (com Fazenda, Planejamento e Casa Civil) para apontar os órgãos responsáveis pelo acompanhamento dos programas subvencionados nos segmentos tributário, creditício ou financeiro. Os órgãos apontados pelo comitê terão de preparar uma avaliação sobre a necessidade de continuidade ou extinção da política.

Subsídio é a assistência que o governo dá, seja pelo lado das receitas ou das despesas, para reduzir o preço ao consumidor ou o custo ao produtor, como aconteceu com o “bolsa caminhoneiro”, desenhado para reduzir em R\$ 0,46 o litro do diesel nas bombas. Para conceder esse subsídio, o governo cortou benefícios de outros setores, o que alimentou o debate sobre os gastos da União com incentivos.

A exigência de um responsável para cada programa foi feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que avalia que essas subvenções são concedidas sem estudos para comprovar se os benefícios sociais ou econômicos justificam o programa, frente à perda de arrecadação. “O gestor vai dizer para a sociedade se o subsídio está ou não está funcionando. Se vai ou não acabar, é uma decisão política”, disse ao Estadão/Broadcast Alexandre Manoel Angelo da Silva, secretário de Acompanhamento Fiscal e de Loterias do Ministério da Fazenda.

Para ele, é importante manter os esforços para aperfeiçoar a política de subsídios da União, com a reformulação dos programas, como ocorreu com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), e implementar maior rigor

na concessão dos gastos. Relatório da Fazenda mostra que os subsídios passaram de 3% para 6,7% do PIB entre 2003 e 2015. A partir daí, os gastos começaram a cair. Nos anos de 2016 e 2017, a queda chegou a 1,2 ponto porcentual.

Segundo Silva, o decreto está em fase final para ser publicado. A Escola de Administração Fazendária (Esaf) publicou edital chamando acadêmicos da área para fazerem as avaliações. “É o primeiro passo para fazer alguma coisa”, afirmou Marcos Mendes, assessor especial do ministro da Fazenda que trabalhou na elaboração do subsídio ao diesel.

Um dos criadores da nova taxa de juros do BNDES, que teve como objetivo eliminar o subsídio implícito bancado pela União nos empréstimos do banco, o economista Vinicius Carrasco avalia que a iniciativa vai tornar mais difícil o lobby no Congresso por iniciativas que não deem o retorno esperado à sociedade.

“É difícil defender um subsídio, a despeito dos seus interesses, se você aprende que foi ineficaz, só gerou custos e não benefícios. Então, a discussão fica um pouco mais iluminada”, diz Carrasco, ex-diretor do BNDES e hoje professor na PUC-Rio.





MÃO ABERTA

● Subsídios somaram R\$ 354,7 bilhões em 2017, quase três vezes o déficit primário registrado no ano

EM PORCENTAGEM DO PIB



FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

CONJUNTURA »**Dívida será paga até 2045**

BNDES antecipa devolução de recursos usados para capitalização do banco nos governos petistas. Tesouro receberá R\$ 250 bilhões em 27 anos. Prazo anterior era de quitação em 2060. Até o fim do ano, está previsto o desembolso de mais R\$ 100 bilhões

ROSANA HESSEL
ANTONIO TEMÓTEO



Dyogo Oliveira articulou os pagamentos deste ano e a redução do prazo

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) antecipará de 2060 para 2045 o prazo para devolução

ao Tesouro Nacional dos recursos usados para capitalização da instituição financeira durante os governos do PT. Até agosto, a estatal pretende concluir o pagamento de R\$ 100 bilhões dos R\$ 130 bilhões previstos para o ano. Com isso, os R\$ 250 bilhões restantes serão repassados para os cofres públicos ao longo dos próximos 27 anos. “Acertei a devolução de R\$ 100 bilhões do BNDES para o Tesouro. Estamos nos últimos minutos para fechar a redução do prazo de devolução”, admitiu o presidente da instituição financeira, Dyogo Oliveira.

A devolução prevista para este ano é fundamental para que o governo federal consiga cumprir a regra de ouro — norma prevista na Constituição que impede que a União emita dívida para pagar despesas correntes, como folha salarial. Entre 2008 e 2014, o Tesouro contraiu dívida de R\$ 500 bilhões por meio da emissão de títulos públicos e repassou os recursos ao banco público em troca de contratos de financiamento com a estatal, que repassaria à União no longo prazo.

Até o momento, já foram repassados para os cofres da União R\$ 209 bilhões. Em 2015, a devolução foi de R\$ 29 bilhões, em 2016, de R\$ 100 bilhões, em 2017, de mais R\$ 50 bilhões e, em abril de

2018, de mais R\$ 30 bilhões. Até agosto, mais R\$ 70 bilhões serão transferidos dos BNDES ao Tesouro. Esses recursos têm sido usados para reduzir o endividamento público. A devolução atende à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Montante

Apesar de reduzir o prazo para quitação da dívida com o Tesouro, o BNDES ainda não definiu o montante que será repassado para o governo a partir de 2019. Caso o banco público faça pagamentos anuais, em média, desembolará R\$ 9,3 bilhões para quitar a dívida até 2045. Esses valores, entretanto, podem mudar diante da necessidade de caixa da União e de negociações entre dirigentes da instituição financeira e integrantes da equipe econômica.

A principal preocupação do BNDES é de que seja obrigado a fazer repasses vultosos para o Tesouro e essa medida descapitalize o banco. O tema tem sido amplamente debatido entre os técnicos da equipe econômica. Uma parte do governo defende que as devoluções são necessárias para reduzir distorções criadas nos últimos anos. Outra afirma que a instituição financeira precisa estar pronta para atender à demanda reprimida por crédito quando a economia voltar a crescer.